

O DESENVOLVIMENTO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA PERSPECTIVA DA ÉTICA ACADÊMICA

Erika Caroline de Oliveira Cavalcanti¹

RESUMO

Este estudo explicativo de abordagem qualitativa tem como objetivo compreender em que consiste o exercício de direitos nas pesquisas segundo a ética para as produções acadêmicas. Para tanto, utilizamos como procedimento metodológico a técnica de pesquisa bibliográfica perpassando por autores com reflexões que abordam desde anonimato, confidencialidade e plágio até o direito autoral na produção do conhecimento. Partindo destas temáticas, primeiramente versamos sobre o conceito de ética e em seguida sobre seus direcionamentos a respeito do direito autoral e especificidades, incluindo as diretrizes legais de base e o que constitui e não constitui ofensa aos direitos. A partir das análises e discussões obtivemos como resultados a compreensão de diferentes procedimentos acadêmicos, como integridade e a má conduta científica, além da influência nociva de interesses pessoais suplantando o verdadeiro valor do conhecimento científico.

Palavras-chave: Ética. Produção Acadêmica. Direito Autoral.

THE DEVELOPMENT OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS IN THE PERSPECTIVE OF ACADEMIC ETHICS

ABSTRACT

This explanatory study of qualitative approach aims to understand in what consists the exercise of rights in research according to ethics for academic productions. Therefore, we use as methodological procedure the technique of bibliographical research through authors with reflections that approach from anonymity, confidentiality and plagiarism until the copyright in the production of knowledge. Based on these themes, we first focused on the concept of ethics and then about its directions regarding copyright and specificities, including the basic legal guidelines and what constitutes and does not constitute an offense to the rights. From the analyzes and discussions we obtained as a result the understanding of different academic procedures, such as integrity and scientific misconduct, as well as the harmful influence of personal interests, supplanting the true value of scientific knowledge.

Keywords: Ethic. Academic Production. Copyright.

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

INTRODUÇÃO

A ética é comumente entendida como um conjunto de princípios que regem o comportamento humano em diversos campos de atuação e campos do saber presentes nas sociedades.

No entanto, dentre esta diversidade que o tema propicia, voltamos nosso foco de investigação para o comportamento ético no meio acadêmico, no que se refere aos procedimentos para composição de uma produção científica e sua divulgação.

Ao considerarmos que o conhecimento desenvolvido para uma divulgação deve trazer como princípio o dever em contribuir para o avanço dos saberes e melhoria do cotidiano dos indivíduos e coletividades, questionamos como proposição de pesquisa sobre a apropriação do desenvolvimento e compartilhamento das informações que geram conflitos de direitos autorais.

Diante dessa questão e de acordo com especificidades da ética nas produções acadêmicas, apresentamos como objetivo de estudo compreender em que se constitui o exercício de direitos nas pesquisas envoltas na referida finalidade de colaboração social.

Nesse sentido, do ponto de vista do objetivo enunciado, buscamos desenvolver uma pesquisa de natureza explicativa que visa, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 53), “identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos” buscando assim, mediante uma abordagem qualitativa, compreender mais os processos do que o produto do problema investigado.

MATERIAL E MÉTODOS

Com o procedimento de investigação de base explicativa por elucidar os porquês dos fatos e suas causas, utilizamos a técnica de pesquisa bibliográfica que consiste em analisar material já publicado utilizando fichamento e organização lógica do assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Dos autores elencados para o desenvolvimento dessa discussão, recorreremos a Barbosa e Souza (2008); kischelewski (2015); kretschmann e Wiedemann Neto (2014); Lombardo [200-]; Rocha (2012); Schmidt (2008) e Spink (2012); visto que cada um com suas especificidades temáticas sobre ética perpassam por reflexões como privacidade, anonimato, confidencialidade e plágio até o direito autoral e a integridade na produção do conhecimento.

Além do referido levantamento bibliográfico para buscarmos atender ao questionamento inicial, configurado no objetivo do presente estudo, e do aporte teórico sobre metodologia do

trabalho científico por Prodanov e Freitas (2013); também recorreremos à Legislação sobre Direitos Autorais e a Resolução sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, como fundamento para maior elucidação dos fatos e proposições debatidas.

A partir do escopo deste estudo, buscamos nos resultados e discussões conjugados e apresentados a seguir, primeiramente, conhecer sobre o que se versa da ética acadêmica no desenvolvimento de uma produção do conhecimento; e em seguida, sobre seus direcionamentos no que se refere ao conjunto de normas estabelecidas para este fim, o que inclui a discussão sobre direito autoral e suas especificidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O hiato entre a gênese e a divulgação das produções científicas: ética acadêmica

No desenvolvimento de uma pesquisa científica são necessárias a problematização e a argumentação de situações e fatos mediante um objeto de estudo, isto em procedimentos lógicos e coerentes visando, desse modo, a construção de um conhecimento.

Para isso, portanto, são criados projetos para áreas específicas do saber que exigem, na maioria das vezes, o envolvimento de coautores ou colaboradores na efetivação das investigações propostas.

No entanto, entre a idealização dos projetos e sua concretização, existe um longo processo de ações que, ao final, podem gerar questionamentos sobre autorias, reconhecimento do trabalho realizado como colaborador ou simplesmente o direito de divulgar a experiência acadêmica vivida em novas produções com outros aspectos.

A partir disso, percebemos uma lacuna no entendimento sobre reais direitos e deveres na produção científica que perpassam pela falta de clareza sobre os procedimentos éticos a serem considerados por todos os envolvidos; que perpassam, também, pela má-fé de alguns ou, por vezes, quando há ética por apenas uma das partes, desta não ser reconhecida devido relações humanas nocivas em questão, motivadas por competições ou comportamentos e situações distorcidas da realidade.

Ponderamos que esta lacuna no comportamento científico surge na contemporaneidade a partir do momento em que o sistema de comunicação científica passou a ser um instrumento para avaliação de desempenho, produtividade, reputação e qualidade das instituições e de seus pesquisadores; instrumento este voltado, também, à concessão de recursos para as investigações, como explicam Rocha et al. (2012).

De acordo com os referidos autores, comunicar o conhecimento é uma necessidade do cientista que no passado socializava o saber com seus pares e posteriormente, no fim do século XX, foi inserido em um contexto quantitativo de produções, de modo que:

A ciência passou a adquirir uma característica profundamente institucionalizada e muito mais sistematizada do que havia sido no século anterior. Isso porque a ciência e o desenvolvimento tecnológico tornaram-se progressivamente o negócio de equipes de especialistas treinados que produziam o que era requerido, ao mesmo tempo em que as atividades de C&T passaram a ser tratadas no âmbito dos governos dos países industrializados como recursos associados ao progresso econômico e social. (ROCHA et al., 2012, p.61).

Devido a mudança de sentido e objetivos pela qual a ciência passou do século XIX para o fim do século XX, em nome do acelerado progresso e desenvolvimento tecnológico, o comportamento acadêmico na produção do saber passou a ser questionável por buscar, mais caracteristicamente, atender à economia e aos interesses governamentais do que às necessidades individuais e coletivas que inicialmente visava e que deveriam permanecer.

Desse modo, faz-se importante a compreensão primeira sobre o que se versa da ética acadêmica para o entendimento sobre suas especificidades e comportamento ético na produção científica.

Primeiramente consideramos, conforme Lombardo [200-], que tanto a ciência como a ética que a regulamente e que seja o mais universalmente aceitável são necessárias para o fortalecimento social em suas capacidades pelo incentivo ao compartilhamento de trabalhos visando, de fato, um progresso comum; e que os efeitos da postura ética ou não na produção científica estão de acordo com o que nos esclarece Schmidt (2008), quando afirma:

As relações de poder e os efeitos ideológicos não se situam num tempo posterior ao processo de pesquisa como modos espúrios ou corretos de “apropriação” dos produtos da ciência. Estes efeitos são produzidos no decorrer da pesquisa e constituem as relações de colaboração e interlocução. A ética reporta, exatamente, ao modo de lidar, tematizar e agir no interior dessas relações, quase sempre, de partida, assimétricas e hierárquicas. Método e ética convergem na pesquisa participante em que um dos intentos é perceber, abrigar e pôr em discussão diferenças, principalmente entre pesquisador e colaborador ou interlocutor e, ainda, orquestrar certa pluralidade de vozes, sem que diferenças consolidem posições hierárquicas, valorizadas em termos de mais e de melhor. (SCHMIDT, 2008, p.48).

Vale ressaltar que o sentido da palavra ética é normalmente confundido com o sentido da palavra moral; no entanto, reiterando o já explicado, a ética “perpassa um conjunto de disposições do indivíduo que incluem sua visão de mundo, modo de analisar, refletir e agir diante de questões sob as quais o mundo o interpela”, como explanam Barbosa e Souza (2008, p. 238).

Conforme os supracitados autores (2008), a ética pode abranger regulamentações legais, discussões a respeito das maneiras de agir ou uma forma analítica que corresponde a exames de conceitos éticos; já a moral tem como conceito ser “um conjunto de convenções sociais sobre o melhor modo de agir ou de pautar o comportamento humano sendo, portanto, algo relativo e dependente das regras e representações de uma dada sociedade.” (p. 238).

Em suma, a ética orienta ou dirige a moral que se insere em um aspecto mais prático; enquanto que a primeira, a ética, é mais reflexiva como um estudo da própria moral ou do comportamento humano voltado a aspectos morais (BARBOSA; SOUZA, 2008).

Assim, apreendendo o que é ética voltada à produção científica, os percalços para a realização de uma pesquisa devem ser considerados corretamente no que se refere ao comportamento compromissado e responsável ou não dos participantes no desenvolvimento do trabalho, para que não se negligencie quando há esforço e dedicação, valor do conhecimento construído, experiências adquiridas e contribuição daqueles que efetivam os projetos idealizados, e assim, para que seja possível aferir o que é uma postura ética acadêmica.

Muitas são as dificuldades em uma investigação científica, pois, por exemplo, na busca por dados em pesquisas de campo, existem riscos em determinados trajetos e no encontro de localidades para este fim quando de difícil acesso; além da não receptividade da pesquisa *in loco* em determinadas instituições que mudam o atendimento ao compreender os métodos da pesquisa quando esta exige uma entrevista gravada ou outros registros sobre o cotidiano; bem como alguns constrangimentos que o investigador (a) desavisado (a) passa quando não há aceitação até mesmo de sua presença que ali representa o meio acadêmico, percebido por alguns como ambientes desconectados da realidade e intervindo em seus espaços.

Infelizmente, encaixos que acontecem em muitos ambientes levam os candidatos a participantes (escolhidos pelos pesquisadores) recusarem-se a colaborar com as pesquisas pelo receio de expor opiniões, situações e dificuldades, como a falta de recursos para o trabalho, por exemplo; o que gera muitos não, mesmo com a segurança de uma confidencialidade que não revela identidades.

No entanto, nem tudo são cansaços e decepções. Existem acolhimento e necessidade de troca de conhecimentos em uma maior articulação através da interação entre pesquisador e pesquisado - ou intermediário do objeto pesquisado quando este é um processo educacional, por exemplo.

Quando ocorrem momentos assim, de incentivo mútuo no momento da coleta de dados, é extremamente prazerosa a construção de um novo conhecimento em que fatos são postos para desmistificar realidades pré-concebidas levantando questionamentos e apontando caminhos, ao menos, caminhos que não se devam percorrer, para que haja mais significação nas ações cotidianas de serviço à sociedade.

Por isso é importante ressaltar que o processo pelo qual passa um projeto em seu desenvolvimento até chegar a um resultado não acontece em um pensamento, mas a partir de muitas ideias e ações que devem ser em prol da credibilidade, seriedade e respeito a quem se destina, com o cuidado na utilização dos meios para alcançar o cerne da questão investigada, bem como da responsabilidade e interação da equipe envolvida para que haja coerência e bom senso quanto aos limites e possibilidades do trabalho.

Diante de todo o processo que geralmente não acontece em menos de um ano, coautores e colaboradores na realização da pesquisa (que são geralmente formandos em cursos de nível superior e pós-graduação) merecem reconhecimento acadêmico pelo esforço desenvolvido, considerando-se a autonomia destes, inclusive em seu direito de expandir este conhecimento sob outros prismas dando crédito - é evidente - ao mentor intelectual da obra que é o(a) autor(a) da investigação científica inicial.

Alguns desses mentores intelectuais, no entanto, confundem ética acadêmica com interesses pessoais acadêmicos não atendidos e condenam seus pares - sejam eles profissionais ou alunos - à situações de desconfiança e indiferença na continuidade de seus estudos fora de seus grupos ou linhas de pesquisas, fechando-lhes oportunidades dentro e fora da academia ao distorcerem decisões, procedimentos e ações da autonomia desses colaboradores durante e posteriormente às pesquisas.

Mas, as relações humanas nocivas no desenvolvimento de estudos desse porte podem gerar o contrário do exemplificado acima quando os colaboradores ou coautores comprometem a legitimidade da autoria de seu mentor intelectual, cuja situação é chamada de má conduta científica, como destaca Grieger (2007) citado por Rocha et al.(2012) ao apontar: plágio (apropriação de dados de pesquisa lançados sem referência ou citação do autor original);

manipulação ou fabricação de dados (para alcançar um resultado determinado); omissão de dados total ou parcialmente (para não gerar questionamentos ou inadequações aos comitês éticos).

Além destes, os supracitados autores ainda listam outras más condutas, como: “a submissão dupla de artigos, que ocorre quando o mesmo trabalho é enviado a mais de uma revista, simultaneamente, de forma proposital”; ou ainda “quando um trabalho é dividido em partes diferentes para serem submetidas em mais de uma revista”; além da “autoria múltipla, na qual se inclui o nome de alguém como coautor, sem que o mesmo tenha contribuído para pesquisa”; e também “a prática da cocitação, em que membros de um mesmo grupo de pesquisa citam os trabalhos uns dos outros em seus artigos”, o que não condiz com o critério de desinteresse em prol da integridade nas pesquisas que deve visar qualidade e não a quantidade de publicações. (ROCHA et al., 2012, p.66).

Situações diversas, portanto, sobre benefícios e prejuízos causados através da ciência, trazem questionamentos sobre o papel da ética e como determinados princípios podem conduzir ou evitar danos aos saberes e as consequências destes para os indivíduos e coletividades.

A partir disso, trouxemos algumas referências de diretrizes legais e discussões teóricas sobre direitos autorais e procedimentos de pesquisa, abordados a seguir.

Das diretrizes legais para trabalhos acadêmicos

No início da vida acadêmica, estudantes de graduação são surpreendidos pela dinâmica da produção do conhecimento ao serem incentivados para divulgação em eventos científicos dos saberes construídos, saberes estes resultantes de uma disciplina curricular ou do trabalho de conclusão de curso ou mesmo da participação de projetos.

Nessa motivação, que endereça a continuidade dos estudos e pesquisas, torna-se comum os recortes de si mesmos de modo que um trabalho é destrinchado para publicações a partir de uma mesma base (seja um tema, objeto de estudo, teoria), o que gera uma busca por quantitativos para o enriquecimento do currículo lattes.

Diante de recortes de um mesmo estudo nessa fase inicial de compreensão do espaço acadêmico, para tanto são postos resultados às vezes inéditos; às vezes interessantes pelo foco aprofundado para algo antes não tão valorizado em sua base original; e às vezes repetindo-se, porém com outros argumentos.

No entanto, quando a autoria alcança visibilidade no meio acadêmico e em um estágio de parcerias, ao ter ultrapassado as fases de tentativas conquistando espaço e credibilidade, faz-se necessário ter cuidado com os procedimentos científicos para que o compartilhamento dos saberes seja, também, o de responsabilidades; pois é desta postura íntegra que a sua continuidade acadêmica dependerá, com o respeito de seus pares e em especial de alunos e orientandos que se espelharão ou não em suas práticas.

Dá a importância da formação e informação inicial e continuada sobre ética acadêmica porque a partir dos corretos direcionamentos é que as investigações ganham impulso e por esse motivo, os devidos esclarecimentos são continuamente necessários.

Para compreender essa ética acadêmica, a partir dos questionamentos atuais sobre “códigos de conduta para pesquisa e publicação científica”, Spink (2012) nos explica que:

A ética da atividade científica era presumida como natural porque, tal como os demais saberes (práticos, tecnológicos, sociais ou artesanais), era feita, em grande parte, por pessoas honestas e sinceras que gostavam do que faziam, que aceitavam os limites da negociação da verdade e reagiam contra proposições que consideravam insustentáveis. (SPINK, 2012, p. 39).

Segundo o referido autor, atualmente no Brasil desde 2011, temos o “Código de Boas Práticas Científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo” (Fapesp), o relatório e recomendações da “Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa Científica” (CNPq) e a consulta pública sobre a revisão da “Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde”, no que se refere a pesquisa em seres humanos; tudo isso para lidar com questões éticas e morais pelo exame de peculiaridades das condutas.

Demandas essas são constatadas, visto que “o valor da ciência e da divulgação reforçam a ideia de que a ciência possa se ‘vender’ para satisfazer interesses que não sejam largamente compartilhados”, restringindo a pequenos grupos ou nações os benefícios gerados pelo saber desenvolvido ou aprimorado, explica Lombardo ([200-], p. 1) que afirma:

A Declaração sobre Ciência e o Uso do Conhecimento Científico (1999), elaborada pela Unesco, juntamente com o Conselho Internacional para Ciência, representou o primeiro documento oficial com amplo consenso multilateral que veio oferecer as bases conceituais para nortear a finalidade da ciência e apresentar novas diretrizes. A necessidade de contar com um amplo envolvimento da sociedade civil é particularmente enfatizada no item 37, que ressalta a importância da participação de todos os atores sociais e propõe como cada um pode atuar. [...] Cada um pode dar sua colaboração para isso a partir

do momento em que começamos a discutir o assunto e sua importância. (LOMBARDO, [200-], p. 2).

Desse modo, para que existam estruturas sólidas de integridade acadêmica voltada ao uso responsável do conhecimento, faz-se necessário divulgar critérios definidos sobre boa conduta na ciência através de materiais informativos, palestras, sites das próprias instituições de fomento e demais meios, além de novas reflexões e considerações sobre a avaliação da produtividade que provoca essa corrida por visibilidade junto aos pares; bem como, e não menos importante, sobre o que diz a legislação regente.

A Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 que “dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais” (art.º 1º), em seu capítulo II (Dos Princípios Éticos das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), afirma que são princípios éticos, por exemplo, o respeito aos valores, hábitos e costumes dos participantes garantindo ainda, a confidencialidade das informações e identidades (art.º 3º, III, VII), bem como o “reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica” (art.º 3º, I).

Em meio a esses princípios, os direitos autorais são questionados sobre os limites de cada participante no desenvolvimento das pesquisas, limites e direitos autorais estes que “são regulados e protegidos pela Constituição Federal, conforme as Leis 9.609 e 9.610, ambas datadas de 19 de fevereiro de 1998”, como indica Kischelewsky (2015, p. 6).

Enquanto a primeira lei supracitada trata da “propriedade intelectual de programas de computadores”, a segunda lei “regula os direitos do autor e daqueles que lhe são conexos” (KISCHELEWSKI, 2015, p. 6).

Esses direitos quando não respeitados, incidem para o chamado plágio que, segundo Kischelewski (2015), é a apropriação indevida de uma obra como autoria própria e que corresponde a crime de acordo com o Código Penal brasileiro.

No entanto, quando uma produção científica é apresentada com as devidas identificações ao referenciar o mentor intelectual da obra e a experiência vivenciada como coautor ou colaborador; ou como autor de uma produção em parceria retomando suas origens e desenvolvimento, não há acometimento à autoria, como afirma a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, em seu capítulo IV (Das Limitações aos Direitos Autorais), pois não constitui ofensa aos direitos:

A citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra (art. 46, III).

Portanto, uma apresentação que derive de obra anterior ou que seja inspirada por ela fazendo jus a autoria de origem, identificando-a, tal como orienta a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre os procedimentos para este fim, não deve ser apontada como um mal proceder acadêmico, visto que um tema pode ser usado sem que haja plágio ou qualquer atitude de má-fé. (KISCHELEWSKI, 2015), (KRETSCHMANN; WIEDEMANN NETO, 2014).

Em nossa sociedade, Infelizmente, interesses pessoais ou até mesmo a vaidade pelo monopólio de um tema ou da participação de um indivíduo (colega ou orientando de outrora), reduzem as diretrizes legais efetivadas como inexistentes, comprometendo pessoas a um vexame social que gera desconfiança no prosseguimento de sua vida acadêmica.

Diante de situações similares, consideramos o que Kretschmann e Wiedemann Neto (2014, p. 75, 76) afirmam:

Em todos os casos, sobressai a importância da citação, em especial em trabalhos acadêmicos, que se revela pela própria necessidade de comprovação da pesquisa, pela demonstração de honestidade intelectual e pelo comprometimento com o trabalho assumido, assim como sinal de respeito ao orientador e à instituição acadêmica envolvida. (KRETSCHMANN; WIEDEMANN NETO, 2014, p.75).

O primeiro procedimento para o desenvolvimento da ética acadêmica, portanto, é ter conhecimento, de fato, sobre o que orientam as diretrizes legais e compreender o que são direitos e deveres nas autorias de um trabalho acadêmico; procedimento este a ser considerado pelos formandos, seus orientadores e demais pesquisadores em suas produções científicas.

CONCLUSÃO

No presente estudo, buscamos compreender sobre o exercício de direitos nas pesquisas que incluem autoria e divulgação, com base nas discussões e diretrizes sobre ética.

A partir de uma reflexão sobre o início da vida acadêmica em seu desenvolvimento e percalços no trabalho de construção do conhecimento (que pode apresentar-se inédito, aprofundado de um trabalho anterior ou retomando uma discussão com outros argumentos); perpassamos pelos conceitos de ética e diferenciações do sentido de moral, até o que diz respeito

às responsabilidades de autores, coautores e colaboradores com seus subsídios nas investigações científicas.

Diante do exposto, pudemos entender diferentes procedimentos acadêmicos como integridade e má conduta científica; além da influência das relações nocivas de trabalho, por interesses pessoais de uns, sobre os direitos de divulgação das produções por seus pares e/ou colaboradores quando estes expandem o conhecimento sob outros prismas, mesmo creditando a gênese da autoria ao seu mentor intelectual, como deve ser feito.

O valor do conhecimento científico, se não reconhecido por seus pesquisadores como benefícios ao saber e às coletividades, e se estes não estiverem pautados na ética considerando os códigos de conduta e as diretrizes legais que embasam as produções científicas, bem como valorizando devidamente os demais mentores e colaboradores na efetivação das pesquisas; comprometerão não só a divulgação do saber acrescido, mas também o desenvolvimento acadêmico de seus pares sejam eles professores-pesquisadores ou alunos em formação.

Assim, diante de tais problemáticas que envolvem os desafios do conhecimento, esperamos contribuir, por meio das presentes reflexões e considerações, para a conscientização e esclarecimentos sobre o desenvolvimento ético de estudos científicos, bem como sobre a relevância das relações humanas para os trabalhos e pesquisas como o cerne de muitas situações que interferem nos procedimentos e resultados acadêmicos visando, portanto, uma maior apreciação e divulgação do tema em benefício da ciência como um bem comum, embasada na integridade e na responsabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Deborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Ética na pesquisa qualitativa: reflexões sobre privacidade, anonimato, e confidencialidade. In: GUERREIRO, I.C.Z.; SCHMIDT, M.L.S.; ZICKER, Fabio (Orgs.). **Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 137-149.

BRASIL. Lei Nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. **Legislação sobre Direitos Autorais**. Congresso Nacional. Brasília, 1998. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 27 ago.2017.

BRASIL. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. **Resolução sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/news/nova-resolucao-5102016-de-etica-na-pesquisa>>. Acesso em: 27 ago.2017.

KISCHELEWSKI, FLN. **Entenda o direito autoral**. Positivo Informática. S.A. 2015. Disponível em: <<http://www.aprendebrasil.com.br/pesquisa/swf/DireitoAutorial.pdf>>. Acesso em: 27 ago.2017.

KRETSCHMANN, Angela; WIEDEMANN NETO, Ney. Ética na pesquisa científica: plágio involuntário e direito autoral. **Revista AJURIS**. [S/L], v. 41, n. 136, p. 59-78, 2014.

LOMBARDO, Adriana Milhomem Seixas. A ética no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. **Textos Brasileiros**. [S.L.: s.n.], p. 01-04, [200-].

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico]: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

ROCHA, Ednéia Silva Santos et al. Ética e integridade na produção do conhecimento científico. **Alexandria: Revista de Ciencias de la Información**. [S/L], v. 6, n. 9, p. 58-76, 2012.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERREIRO, I.C.Z.; SCHMIDT, M.L.S.; ZICKER, Fabio (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 47-52.

SPINK, Peter Kevin. Ética na pesquisa científica. **GV-executivo**. [S/L], v. 11, n. 1, p. 38-41, 2012.

Recebido em 10 de setembro de 2017.

Aprovado em 22 de setembro de 2017.